

FACULDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS  
GRADUAÇÃO DIREITO

Luciane Raquel Heidrich

**A possibilidade de alteração do nome civil da pessoa natural**

Porto Alegre  
2019

Luciane Raquel Heidrich

## A possibilidade de alteração do nome civil da pessoa natural

Artigo apresentado à Faculdade São Francisco de Assis, como parte integrante dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Me. Otávio Borsa Antonello

Porto Alegre

2019

## **RESUMO**

O presente artigo tem como finalidade abordar as possibilidades de troca do nome civil da pessoa natural. O tema merece importância por se tratar de direito de personalidade, inerente à própria pessoa com finalidade de individualizá-la e identificá-la na vida privada e na sociedade. A matéria toma vulto quando analisada em detrimento do princípio da imutabilidade, que é a regra, havendo a possibilidade de ressalvas. Com os avanços da sociedade, a Lei tende a seguir as circunstâncias de acordo com as necessidades de cada indivíduo, buscando assim um equilíbrio. Desta forma, se faz necessário o acompanhamento de tal evolução para que não haja contradição entre a jurisprudência e o avanço do direito. Os vários casos de alteração do nome de civil de pessoas naturais não causam prejuízo a terceiros, sendo o nome a referência individualizadora de maneira geral do mesmo perante a sociedade. O tema recebe amparo por ser reconhecido pela legislação como direito de personalidade e fundamental de cada indivíduo, recebendo assim a devida proteção legal.

**Palavras-chave:** Nome Civil. Alteração de Nome. Pessoa Natural.

## **ABSTRACT**

The purpose of this article is to discuss the possibilities of changing the civil name of the natural person. The theme deserves importance because it is a personality right, inherent in the person himself with the purpose of individualizing it and identifying it in private life and in society. Matter takes shape when analyzed to the detriment of the principle of immutability, which is the rule, with the possibility of reservations. With the advances of society, the Law tends to follow the circumstances according to the needs of each individual, thus seeking a balance. It is therefore necessary to monitor such developments in order to ensure that there is no contradiction between the case-law and the rule of law. The various cases of alteration of the civil name of natural persons do not cause damage to third parties, the name being the individual individualizing reference of the same to the society. The subject receives protection because it is recognized by the legislation as right of personality and fundamental of each individual, receiving the due legal protection.

**Keywords:** Civil Name. Name Change. Natural person.

## **1 INTRODUÇÃO**

O nome é um dos principais elementos de identificação da pessoa natural, integrando a personalidade do indivíduo, bem como é um direito fundamental, assim, sua disciplina não pode fugir à atenção jurídica. É essencial que os sujeitos sejam individualizados e perfeitamente identificados, uma vez titulares de direitos e deveres, sendo tal identificação de interesse do portador, do Estado e da sociedade.

Destarte, se toda pessoa tem direito ao nome, é de suma importância que seu portador seja protegido de situações que possam lhe causar constrangimentos, humilhações ou quaisquer outras situações vexatórias.

Embora o nome não seja escolha da pessoa, mas de seus pais, ocorre que se tal escolha não for bem feita, poderá ocasionar ao seu portador ameaça à autoestima, causando-lhe sofrimento na medida em que se formam ambientes propícios a esse tipo de situação, contrariando a urbanidade e o respeito que devem pautar as relações interpessoais.

A possibilidade de troca de nome da pessoa física abarca muitos ramos do Direito, entre outros, evidenciando que ocasiões de vexame e constrangimento vivenciados por seu portador não são compatíveis com o ordenamento jurídico, merecendo desta forma a devida proteção como medida corretiva e preventiva.

Todo indivíduo recebe um nome e o Direito zela por este nome, para que ele seja protegido de quaisquer constrangimentos, preconceitos, discriminações ou humilhações, em busca da eliminação dessas circunstâncias negativas para a vida por meio de explicações do “porque” e do “como” fazer a mudança do nome.

Para trazer os devidos esclarecimentos sobre o tema, o presente trabalho está dividido em três seções: a primeira seção apresenta a introdução à matéria e os objetivos do trabalho, a segunda seção traz o referencial teórico que baseia o restante do trabalho e a terceira seção exhibe as conclusões alcançadas com o estudo.

### **1.1 Objetivos**

O objetivo geral deste trabalho é identificar as diversas motivações que levam uma pessoa a querer alterar seu nome, e as diferentes formas de alterá-lo diante do ordenamento jurídico brasileiro.

Para atender ao objetivo geral descrito acima, os seguintes objetivos específicos foram elaborados:

1. Realizar pesquisa bibliográfica acerca dos motivos que levam uma pessoa a querer trocar seu nome.
2. Pesquisar o que diz o ordenamento jurídico brasileiro acerca das possibilidades de troca de nome.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Esta seção apresenta as contribuições teóricas necessárias ao entendimento desse trabalho, com ênfase no aspecto legal e doutrinário acerca das possibilidades de troca do nome civil da pessoa natural.

### **2.1 Nome da Pessoa Física**

Conforme ensinamentos de Mendes (2009), o termo nome é derivado do latim *nomine*, do verbo *noscere* ou *gnoscere*, que significa conhecer ou ser conhecido.

Gonçalves (2014) leciona que o nome é o que individualiza a pessoa natural, sendo parte integrante da personalidade, particularizando o indivíduo durante a sua vida e após a sua morte.

O nome é um dos principais direitos do rol de direitos personalíssimos ou de personalidade, pois o nome da pessoa natural é colocado no mesmo plano de seu estado, capacidade civil e demais direitos próprios da personalidade (VENOSA, 2004).

Segundo ensinamentos de Gonçalves (2014), trata-se da designação que identifica a pessoa no seio familiar e na sociedade, considerada característica da personalidade, a qual é inalienável e imprescritível da individualidade pessoal, não sendo possível a existência de um ser humano sem nome.

Importante grifar o aspecto público do direito ao nome em razão do registro de pessoa natural, consoante os artigos 54 e 55 da Lei n. 6.015/73, Lei dos Registros Públicos (LRP), em que o Estado baliza princípios disciplinando seu exercício, bem como estabelece a imutabilidade do prenome, com exceções expressas no artigo 58 do mesmo diploma legal, desde que fundamentadas e autorizadas judicialmente, ensina Diniz (2012).

Pelo aspecto individual, refere-se à autorização da pessoa de usar o nome, de se fazer chamar por ele e defender de quem o usurpar, sobrepujando violações feitas por terceiros que de alguma forma o exponham ao ridículo, ainda que sem intenção difamatória (DINIZ 2012).

### 2.1.1 Natureza jurídica do nome

Existem algumas teorias que visam explicar a natureza jurídica do nome. Gagliano (2012) nos traz que uma das teorias coloca o nome como direito de propriedade, em que alguns consideram como titular a família e para outros o próprio indivíduo. Contudo, segundo o doutrinador, tal tese prospera apenas quanto ao nome comercial, onde o nome possui valor pecuniário, tornando-o direito patrimonial do titular.

Para Gagliano (2012), tal tese não se aplica ao nome civil, pois o direito ao nome tem natureza extrapatrimonial, não sendo possível dispor do próprio nome, alienando ou abandonando em razão de terceiros, sendo juridicamente protegido conforme estabelecido no Código Civil Brasileiro, enfatiza Diniz (2012).

O Código Civil brasileiro de 2002, dedicou um capítulo aos direitos de personalidade, no qual disciplina, entre os artigos 16 a 19, o direito e a proteção ao nome e ao pseudônimo (BRASIL, 2002):

Art. 16. Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome.

Art. 17. O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória.

Art. 18. Sem autorização, não se pode usar o nome alheio em propaganda comercial.

Art. 19. O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.

Logo, a afirmação que trata do nome como direito de personalidade ganha fundamento por estar expressa no Novo Código Civil, recebendo tutela específica e regras especiais, previstas no ordenamento jurídico (GAGLIANO, 2012).

Outra teoria existente é a negativista, a qual compreende que o nome não apresenta caracteres de um direito, logo desprovido da proteção jurídica, porém, se o nome serve para diferenciar as pessoas não há como negar a natureza de um

direito de caráter *sui generis*, logo abarcado no direito de personalidade (GONÇALVES, 2014).

Dentre as diversas teorias existentes, o direito de personalidade é a mais aceita, porquanto o nome é um direito intrínseco da pessoa humana recebendo proteção no ordenamento jurídico brasileiro (GONÇALVES, 2014).

### 2.1.2 Elementos formadores do nome

O Código Civil brasileiro estabelece em seu artigo 16 que toda a pessoa tem direito ao nome, nele incluídos o prenome e o sobrenome, o qual chamamos patronímico ou apelido de família. Sendo o nome direito de todo indivíduo, que designa a pessoa, identificando-a e distinguindo-a nas relações pessoais e interpessoais, individualizando-o (MENDES, 2009).

Gagliano (2012) corrobora a divisão do nome trazido no Código Civil brasileiro em prenome e patronímico, enfatizando que quando se falar em nome civil, a ideia que deve vir à mente é a designação completa existente no registro civil do indivíduo.

Quanto ao prenome, este compreende ao primeiro nome da pessoa, podendo ser simples ou composto, conhecido popularmente como nome de batismo. Este é inalterável, com algumas exceções legais (GAGLIANO, 2012).

O prenome é de livre escolha dos pais, contudo, é importante que a escolha não sujeite o filho ao ridículo (GONÇALVES, 2014). Com a finalidade de resguardar tal premissa, o legislador previu na norma da Lei n. 6.015, de 31 de dezembro de 1.973, dispositivo que assegura aos oficiais de registro civil a recusa de realizar tais registros.

No tocante ao patronímico, é o mesmo que o nome de família, popularmente conhecido como sobrenome. Gagliano (2012) assevera que sobrenome tecnicamente seria o mesmo que um nome que sobrepõe a outro, como o cognome. Ele pontua que é a forma que se apresenta politicamente mais correta, não sendo aceitável a ideia de família patriarcal em face de igualdade entre os cônjuges, bem como não há obrigatoriedade de levar a registro o nome do pai e da mãe, conforme norma do caput do artigo 55, combinado com o artigo 60 da Lei n. 6.015/73:

Art. 55. Quando o declarante não indicar o nome completo, o oficial lançará adiante do prenome escolhido o nome do pai, e na falta, o da mãe, se forem conhecidos e não o impedir a condição de ilegitimidade, salvo reconhecimento no ato.

Art. 60. O registro conterá o nome do pai ou da mãe, ainda que ilegítimos, quando qualquer deles for o declarante.

Dentre as expressões que se referem ao nome de família, pode ser utilizado o termo apelido, sendo o mesmo que patronímico. Importante destacar que cognome, por sua vez, é forma diversa de sobrenome para identificação, é a denominação dada a alguém em virtude de particularidade pessoal, a exemplo de Xuxa, Didi Mocó (GAGLIANO, 2012).

Gagliano (2012) pontua ainda que, mesmo não previsto no Código Civil, o nome pode ser formado por um terceiro elemento bem comum, que é o agnome, sendo este um sinal acrescentado ao nome completo da pessoa para diferenciá-la de parentes próximos, a exemplo: Filho, Neto, Júnior, sobrinho, entre outros (Diniz 2012).

Existe ainda outra forma de designação do nome do indivíduo, que é o pseudônimo ou codinome Trata-se de nome diverso ao nome da pessoa, que ela escolhe para o exercício de determinada atividade, comumente usado no meio artístico ou ainda literário. Este tipo de nome recebe outorga de nosso Código Civil para proteger o nome real da pessoa (GAGLIANO, 2012).

Venosa (2004) confirma que o nome individualiza seu titular na sociedade, fazendo parte de sua personalidade, bem como indica sua procedência familiar, como dito alhures. Desta maneira, pessoas que fazem parte do mundo artístico ou literário utilizam o pseudônimo como maneira de proteção, como ainda para melhor destaque no meio, ganhando tutela na Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que trata dos direitos autorais, preconizando que o nome é direito patrimonial, logo indisponível sua utilização sem prévia autorização.

Art. 8º Não são objeto de proteção como direitos autorais de que trata esta Lei:

VI - os nomes e títulos isolados;

Art. 12. Para se identificar como autor, poderá o criador da obra literária, artística ou científica usar de seu nome civil, completo ou abreviado até por suas iniciais, de pseudônimo ou qualquer outro sinal convencional.

Embora seja o nome o principal elemento de identificação da pessoa, é importante estar claro que, apesar de próprio, o nome civil pode ser comum a



muitos, gerando homonímia. Mesmo assim, não restam dúvidas sobre a sua essencialidade e função precípua, quer seja individualizar uma pessoa em meio a muitas (MENDES, 2009).

Para diferentes doutrinadores, existem variados conceitos para a palavra nome, podendo o nome civil ser conceituado como “sinal de identidade, instituído pela sociedade, no interesse comum, a ser adotado obrigatoriamente pela pessoa” (MENDES 2009). O nome pode ainda ser determinado como “designação pela qual a pessoa identifica-se no seio da família e da sociedade” (GONÇALVES 2014).

Qualquer que seja o conceito, o nome carrega reflexos morais e atributos pessoais do indivíduo, como depositário da imagem pública da pessoa, trazendo ainda as impressões da coletividade sobre seu portador (GONÇALVES, 2012).

Desta forma, traduz-se o nome como direito fundamental da pessoa humana, constituindo direito de personalidade de natureza moral, quer seja atributo intrínseco à pessoa que se resguarde nas relações sociais (MENDES, 2009).

Como elemento integrante da personalidade e individualização da pessoa, afere-se que o nome é a identidade particular confirmada publicamente mediante registro civil. Desta maneira o registro não pode ser renunciado, pois descende dele direitos e deveres na órbita jurídica (PEREIRA, 2008).

Venosa (2013) cita ainda a Alcunha ou epíteto, popularmente conhecido como apelido, é o título dado a alguém em virtude de alguma especificidade pessoal. Por vezes eles se agregam de tal forma à personalidade da pessoa, que se tornam passíveis de acréscimo ao nome, contudo, muitas vezes o apelido pode ter caráter depreciativo em razão de alguma característica moral ou física do seu portador (GONÇALVES, 2014).

Coelho (2012) ensina que a mesma proteção garantida ao nome deve ser alcançada ao apelido, pois existem pessoas que são conhecidas pelo seu apelido e desconhecidas pelo seu nome civil.

Tal afirmação ganha vulto quando falado em apelidos de famosos, que auferiram foro comercial, com todas as seguranças dele decorrentes, como o caso do jogador de futebol Pelé (VENOSA, 2013).

## **2.2 O direito ao nome**

O direito que tutela o nome e pseudônimo estão abarcados entre os artigos 16 a 19 do Código Civil brasileiro de 2002, sendo o direito ao nome um direito de

personalidade contido no gênero do direito à integridade moral, uma vez que toda pessoa tem direito à uma identidade pessoal, a qual tem caráter absoluto, gerando efeito *erga omnes*. De tal premissa flui a prerrogativa ao titular de reivindicar o nome quando lhe for negado (GONÇALVES, 2014).

O Estado traça os princípios disciplinares pelo aspecto público, uma vez que o direito ao nome está ligado ao registro da pessoa natural, estabelecido na Lei n. 6.015, de 31 de dezembro de 1973, sendo posto em seu artigo 54, além dos dados relativos ao nascimento da criança, que esta deverá ter registrado seu prenome e sobrenome (DINIZ, 2012).

Gonçalves (2011) afirma que a criança já nasce com sobrenome que é herdado de seus genitores, independente destes escolherem. Ao ser realizado o registro da criança, ainda que os pais informem apenas o prenome, o escrivão lança o sobrenome de ofício, sendo este parte obrigatória prevista em lei, evidenciando que o sobrenome tem caráter meramente declaratório, podendo ser utilizado apenas o sobrenome de um dos pais ou de ambos, conforme norma legal da Lei de Registros Públicos (Lei 6.015):

Art. 55. Quando o declarante não indicar o nome completo, o oficial lançará adiante do prenome escolhido o nome do pai, e na falta, o da mãe, se forem conhecidos e não o impedir a condição de ilegitimidade, salvo reconhecimento no ato.

Os princípios disciplinares sobre o aspecto individual referem-se à autoridade que a pessoa tem sobre seu nome, sendo identificada por ele, bem como afastando abusos realizados por terceiros, que de alguma forma o exponha ao desprezo ou ao ridículo publicamente, ainda que sem intenção difamatória (DINIZ, 2012).

Conforme a doutrinadora explica, tal exposição poderá ser através de propaganda televisiva ou radialista, em que o nome poderá ser utilizado sem a autorização do seu titular, tutelado no artigo 18 do Código Civil (2002), protegendo a honra objetiva de seu titular.

### **2.3 Possibilidades de alteração do nome**

A seleção do prenome e o arranjo do sobrenome feita pelos pais via de regra é definitiva, não podendo ser alterada, salvo hipóteses legais, como por exemplo a retificação do nome por erro de grafia, que pode ser feita a qualquer tempo a

requerimento do interessado, livre de sentença judicial, conforme estabelece o artigo 110 e seus incisos, da Lei n. 6.015, de 1973 (COELHO, 2012). Este rito foi estabelecido recentemente, através da Lei n. 13.484, de 26 de setembro de 2017.

O doutrinador Coelho (2012) cita algumas hipóteses passíveis da alteração do nome civil:

- no primeiro ano da maioridade civil, pela vontade do titular;
- por decisão judicial reconhecendo motivo justo para tanto;
- pela mudança de sexo;
- substituição do prenome por apelido público notório;
- substituição do prenome de testemunha de crime;
- alteração de sobrenome em razão do cônjuge;
- acréscimo de sobrenome de madrasta ou padrasto; e,
- pela adoção.

### 2.3.1 Alteração do nome no primeiro ano da maioridade civil

A Lei de Registros Públicos traz em seu artigo 56 que o interessado em alterar seu nome poderá fazê-lo no primeiro ano em que atingir a maioridade, pessoalmente ou por seu procurador, não podendo prejudicar o nome de família. A alteração será averbada e publicada pela imprensa (MENDES, 2009). Assim, conforme o artigo 5º do Código Civil, a maioridade é atingida aos dezoito anos completos, quando a alteração poderá ser requerida.

Coelho (2012) defende que o sobrenome deve ser preservado, contudo, o prenome pode ser livremente modificado de acordo com a vontade do interessado, entretanto, a jurisprudência afirma que tal troca precisa ser motivada. Ainda assim, importante que o interessado seja informado de todas as dificuldades que tal alteração produzirá, uma vez que todos os registros (escolares, médicos, assentamentos de saúde) emitidos ao longo de sua vida e relativos à sua pessoa foram emitidos a uma identificação diversa a que este pretende.

O mesmo doutrinador traz que, para alteração do prenome, em alguns casos, serão convenientes e noutros “necessários novos assentamentos, emissões, averbações e publicações”, pois a implementação pode não compensar utilidade na transformação do prenome.

Segundo Mendes (2009), corriqueiras têm sido ações de pessoas que buscam alterar seu nome acrescentando o patronímico materno.

Costumeiramente, na composição do nome dos filhos, era utilizado apenas o patronímico, sendo omitido o matronímico. Muitas vezes o sobrenome da mulher era omitido em razão do casamento, passando a usar apenas sobrenome do marido (GASTALDI, 2014).

Ainda que o inciso I, do artigo 5º da Constituição Federal preveja igualdade entre homens e mulheres, apenas com a vigência do Código Civil de 2002 que o tema quanto aos sobrenomes recebeu previsão literal legal hábil à mudança dos costumes praticados até então. Premissa esta que permite que “qualquer dos nubentes, querendo, poderá acrescentar ao seu o sobrenome do outro”, norma expressa no §1º, do artigo 1.565 do diploma citado (GASTALDI, 2014).

Gonçalves (2014), confirma que o Superior Tribunal de Justiça decidiu nesta linha, no sentido de não afastar da criança o direito de ter alterado seu registro de nascimento, para que conste o mais fiel retrato da sua identidade, sem negligenciar o princípio fundamental da dignidade da pessoa humana, porquanto direito ao nome compreendendo o prenome e o patronímico, bem como confere ao filho o direito de que seja acrescido o nome patronímico da genitora, se no registro de seu nascimento constou apenas do pai.

Possível ainda, é alterar o registro de nascimento do filho averbando o nome da mãe após separação judicial, se ela voltar a usar o nome de solteira, desde que preenchidos os requisitos de justo motivo e inexistência de prejuízo a terceiros. Importante grifar que é admitida a inversão do apelido de família, uma vez que não existe norma estabelecendo a ordem de colocação dos nomes de família, podendo o nome do pai anteceder ao nome da mãe (GONÇALVES, 2014).

### 2.3.2 Alteração do nome por decisão judicial

Gonçalves (2012) ensina, quanto ao parágrafo único do artigo 55 da Lei de Registros Públicos, que, não tendo o oficial impedido no registro do nome de “expor ao ridículo o seu portador”, caberá a imposição de ação em juízo para procedimento de retificação de nome, abarcando ainda pessoas de sexo oposto ao nome registrado. O doutrinador traz que a jurisprudência tem admitido a retificação de outras partes esdrúxulas do nome.

Da mesma forma, deve-se tomar cuidado com o registro de certos prenomes que não deixam claro o sexo que seu portador pertence, que também podem causar constrangimento ao seu portador, como Juraci, Valdeci, Aimar, Francis, sendo passível sua alteração nestes casos (DINIZ, 2012).

A alteração do nome por via judicial poderá ser requerida após decurso do prazo decadencial de um ano após atingida a maioridade, por exceção e motivadamente, em ação de retificação de nome, estabelecido na norma do artigo 57 da Lei de Registros Públicos (GONÇALVES, 2014).

Assim, a partir dos dezenove anos completos, a alteração do nome, compreendendo prenome e sobrenome, poderá ser decretada pelo juiz, desde que comprovado motivo que justifique e após ouvido o Ministério Público. Esta hipótese é bastante comum para evitar dissabores gerados pela homonímia, em casos de nomes muito comuns, a exemplo de José da Silva, para diferenciá-lo dos milhares de indivíduos portadores deste nome que, por sua vez, possuem ficha criminal, títulos protestados, ação judicial, entre outros, sendo costumeiro trazer para o sobrenome elementos patronímicos dos avós ou bisavós (COELHO, 2012).

Diniz (2012) ratifica a possibilidade de alteração do nome com fundamento em proteger e livrar seu portador de situações vexatórias em razão de nome ridículo, desde que seja provada a chacota a que é exposto. A doutrinadora conta ainda que “não deve ser admitido o registro de nomes de personalidades célebres pela sua crueldade e imoralidade, a exemplo de Hitler e Osama bin Laden, por estigmatizarem a pessoa.”

### 2.3.3 Alteração do nome pela mudança de sexo

Mais uma importante situação para alteração de nome mediante decisão judicial, com motivo justificável, é a dos transexuais. Estas pessoas que trocaram de sexo cirurgicamente têm o direito de nome compatível com a aparência que passam a assumir. Embora ocorram hesitações da jurisprudência, este direito é de maneira mais fácil reconhecido em juízo, uma vez que fica evidenciado que a pessoa sofre de desordem psíquica ou fisiológica, motivo pelo qual a Medicina recomenda cirurgia para mudança de sexo (COELHO, 2012).

Segundo Diniz (2012), a retificação do nome era aceita apenas em caso de intersexual, não tendo disposição legal que acatasse o prenome de transexual no

registro civil. A primeira ocorrência de retificação de nome foi de João para Joana, e aconteceu em 1992, por decisão da 7ª Vara de Família e Sucessões de São Paulo, porém no campo destinado ao sexo foi consignado transexual, não sendo permitido o registro como mulher, embora tenha sido feita cirurgia com extração do órgão sexual masculino e inserido órgão sexual feminino. Não autorizado o registro de sexo feminino, da mesma forma na carteira de identidade da portadora foi exigido o termo transexual.

A doutrinadora traz que esta decisão do Poder Judiciário foi para impedir que o transexual induzisse terceiros ao erro, induzindo ao casamento, não estando presente em seu corpo todos os componentes do sexo feminino. Via de regra, os documentos devem ser fieis aos fatos da vida, contudo, Diniz (2012) assevera que tal observação é uma afronta à dignidade humana. Desta forma, a sugestão segundo ela, fosse feita averbação sigilosa no registro de nascimento, pois, assim o interessado poderia pedir judicialmente certidão de inteiro teor para fins de casamento.

Gonçalves (2011) ratifica a possibilidade de troca do prenome em razão de cirurgia de mudança de sexo, uma vez que o nome incompatível com a opção realizada o expõe ao ridículo. A pretensão de retificação do registro civil encontra fundamento no parágrafo único do artigo 55, combinado com o artigo 109 da Lei de Registros Públicos.

Conforme Gonçalves (2011) traz, na IV Jornada de Direito Civil, foi aprovado o Enunciado 276, que trata do artigo 13 do Código Civil, versando que, ao ser permitido dispor do próprio corpo por ordem médica, autoriza as cirurgias de transgenitalização, de acordo com o que estabelece o Conselho Federal de Medicina, por consequência, a modificação do prenome e do sexo no Registro Civil.

Venosa (2004) corrobora que o magistrado, ao outorgar a alteração do prenome, precisa atender às razões psicológicas e sociais, arrastando-se tal questão ao mesmo plano constitucional nos aspectos de cidadania e dignidade do ser humano. Para o doutrinador não está se estudando o transsexualismo ou a modificação de sexo, mas é imperioso que a manutenção do nome de outro sexo à pessoa é algo cruel, expondo-a a um sofrimento incompatível com os princípios de justiça social. Desta feita, como consequência dos princípios que defendem a personalidade, o prenome deve ser alterado, afastando do transexual qualquer situação de incerteza, angústias e conflitos. Assim, a troca do prenome para o sexo

psíquico e biológico, reconhecidos pela Medicina e Justiça se ajusta com o ordenamento pela Constituição Federal e Lei dos Registros Públicos.

#### 2.3.4 Substituição do prenome por apelido público notório

Para Venosa (2004), a probabilidade de troca do prenome por apelido público notório está se tornando uma tendência social, passando a regra da imutabilidade a ser relativa; apesar de já existirem julgados favoráveis ao caso, ainda assim o juiz deve analisar o pedido, se certificando que o indivíduo de fato é conhecido pelo seu apelido.

O artigo 58 da Lei n. 6.015/73, dizia que o prenome era imutável, contudo, em 1998 a Lei n. 9.708 alterou este dispositivo, trazendo na nova redação que “o prenome será definitivo, admitindo-se, todavia, a sua substituição por apelidos públicos notórios”, porém seu parágrafo único estabelece que “não se admite a adoção de apelidos proibidos em Lei” (VENOSA, 2004).

Segundo Gonçalves (2012), os apelidos públicos notórios poderiam ser acrescentados entre o prenome e o sobrenome, a exemplo de Maria da Graça Xuxa Meneghel, contudo, hoje não há mais tal obrigatoriedade, podendo o apelido notório vir a substituir o prenome se o titular assim desejar.

Tal possibilidade ganhou força com o Ministro João Otávio de Noronha, que confirmou em julgamento, quando relator de recurso em dezembro de 2009, pela 4ª Turma, a possibilidade de alteração do prenome quando expuser seu titular ao ridículo, como ainda a “substituição do apelido público e notório pelo qual é conhecido no meio em que vive”. Na oportunidade, o magistrado defendeu que o julgador não deve ficar preso numa codificação padronizada e generalista, devendo adotar critérios que melhor se harmonizem com os valores do ordenamento jurídico, como a dignidade das pessoas (LEAL, 2015).

Importante grifar que o ministro resguardou a averbação de tal alteração em registro público para acautelar os atos jurídicos já exercidos, conservar a segurança das relações jurídicas e resolver questões que ocorrerem no âmbito do direito de família, previdenciário e inclusive no âmbito esportivo (LEAL, 2015).

### 2.3.5 Substituição do prenome de testemunha de crime

A Lei de Registros Públicos recebeu importante acréscimo, do §7º ao artigo 57, através da Lei n. 9.807, de 13 de julho de 1999, que trata da possibilidade de alteração do nome em razão de coação ou ameaça, em que o indivíduo é colaborador na apuração de crime. Nestes casos o juiz competente determina a averbação no registro de origem da citação de sentença concessiva da alteração, sem que seja averbado o nome alterado, podendo ser procedida posteriormente mediante determinação, considerando a cessação da coação ou ameaça que causou a alteração (GONÇALVES, 2014).

Barbosa (2015) acrescenta que a lei estende tal proteção ao “cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente e dependente” da testemunha ou colaborador, para que estes também possam ter seus nomes modificados e recebam proteção, contudo, tal processo é sigiloso e depende que o conselho deliberativo do programa envie pedido ao juiz competente. Nestes casos, a lei exige excepcionalidade em razão da gravidade da coação ou ameaça. Ainda assim, o juiz deverá ouvir o Ministério Público, mesmo sendo procedimento sumaríssimo.

Contudo, esta proteção e alteração do nome deverá ser requerida judicialmente pelas pessoas que se sintam ameaçadas, conforme estabelece a Lei n. 9.807, de 1999, tendo esta proteção a duração de dois anos, podendo ser prorrogável por motivos extraordinários. (VENOSA, 2004).

O conselho deliberativo deverá manter controle da localização do protegido, cujo nome foi alterado, bem como no registro original deverá constar expressa a referência da sentença e do juiz que a proferiu. Apesar do procedimento inibir fraudes, deixa o próprio juiz exposto, por se tratar em casos que abarquem pessoas visadas por criminosos de alto grau de periculosidade (BARBOSA, 2015).

### 2.3.6 Alteração de sobrenome em razão de cônjuge

Há doutrinadores que classificam as possibilidades de alteração do nome em causas necessárias e voluntárias. Como Gagliano (2012) bem define, as voluntárias independem de autorização judicial, apenas de vontade da pessoa, como é o caso do casamento.



Assim, o nome completo poderá ser alterado em razão de casamento, união estável, separação judicial e divórcio (GONÇALVES, 2012).

O Código Civil de 1916 estabelecia, em seu artigo 240, que pelo casamento a mulher assumia os apelidos do marido, ou seja, era obrigatória a substituição do seu sobrenome pelo do marido, bem como de todos os demais documentos (GAGLIANO, 2012). Já a Lei n. 6.515, de 1977, trouxe nova redação a este dispositivo, trazendo à mulher o direito de acrescentar ao seu sobrenome o de seu marido (GONÇALVES, 2012).

Contudo a Lei do Divórcio previa que a mulher perderia o direito de manter o apelido do marido em caso de iniciativa de separação por ruptura da vida em comum ou se fosse condenada na ação de separação judicial (GONÇALVES, 2012).

Conforme preconiza o §1º do artigo 1.565, do Novo Código Civil brasileiro, a pessoa que contrair casamento poderá mudar seu nome com o acréscimo do sobrenome do cônjuge, sendo esta uma possibilidade de igualdade mútua, consoante nos artigos 5º, I e 226, §5º, da Constituição Federal, dispensando maiores formalidades, a não ser declaração de vontade do nubente interessado, bem como independe de consentimento do outro cônjuge ou familiares (COELHO, 2012).

Assim, conforme previsão legal no §1º do artigo 1.565 do Código Civil de 2002, qualquer dos nubentes poderá acrescentar ao seu sobrenome o do outro, contudo no caso de separação, dispõe o §2º do artigo 1.571 do mesmo diploma que, dissolvido o casamento por divórcio direto ou conversão, o nome de casado poderá ser mantido, salvo dispondo em contrário na sentença da separação judicial (GONÇALVES, 2012).

O doutrinador leciona que o Novo Código Civil reconhece a culpa mitigada, pois, no caso de separação judicial, o artigo 1.578 possibilita ao cônjuge vencido a manutenção do nome do outro, que será excepcionada desde que presentes três requisitos cumulativos: ser vencido na ação judicial; requerimento expresso do vencedor; e não ocorrência de evidente prejuízo para identificação, manifesta distinção entre seu nome de família e dos filhos havidos na união dissolvida, ou dano grave reconhecido na decisão judicial.

Gonçalves (2012) conclui que a legislação vigente é um avanço, pois possibilita a manutenção do sobrenome após o divórcio como regra e não como exceção, bem como possibilita que por ocasião do casamento os cônjuges

mantenham seus sobrenomes de solteiro ou acrescentem o do par, e caso seja esta a escolha não enseja a supressão do seu, concluindo que esta possibilidade é a mais apropriada ao princípio da estabilidade do nome, princípio este de ordem pública.

### 2.3.7 Acréscimo de sobrenome de madrasta ou padrasto, e, exclusão do sobrenome do genitor

O nome de família ou sobrenome deve ser uniforme para manutenção da origem e tradição do patronímico, impedindo constrangimentos sociais (GAGLIANO, 2012).

Contudo, a lei não limitou à mutabilidade do nome de maneira absoluta, decidindo o Superior Tribunal de Justiça, como dito alhures, que o nome poderá ser alterado desde que justificadamente motivado. Desta feita, em julgamento, além do abandono pelo pai, o autor da ação sempre foi conhecido pelo matronímico, sendo o pedido de retificação neste sentido deferido, excluindo do registro o patronímico, com fulcro que “a jurisprudência tem sido sensível ao entendimento de que o que se pretende com o nome civil é a real individualização da pessoa perante a família e a sociedade” (GONÇALVES, 2012).

O apelido de família ainda poderá ser alterado em consonância com disposto no §8º acrescido pela Lei n. 11.924/09 ao artigo 57 da Lei de Registros Públicos no caso de enteados, que, existindo motivo considerável, na forma dos §§2º e 7º deste artigo, poderão solicitar ao juiz competente, a averbação no seu registro de nascimento, do nome do padrasto ou da madrasta, mediante concordância expressa destes, sem perda de seus apelidos de família (GONÇALVES, 2014).

Diniz (2012) fala que para tal alteração é necessária a observação de alguns requisitos como:

- solicitação do enteado, com a anuência do padrasto ou madrasta, bem como representação processual por advogado;
- justificação do pedido, demonstração da afetividade, afinidade e boa convivência familiar;
- apresentação do pedido junto à Vara competente, de Registro Público;
- intervenção do Ministério Público, porquanto fiscal da Lei;

- representação do enteado menor pelos pais registrários, os quais deverão anuir ao pedido. Caso ocorra recusa por um deles, ocorrerá o auxílio judicial do consentimento, desde que não comprovada a justa causa da recusa;
- inclusão do patronímico que se busca ao do enteado, o qual poderá ser anteposto ou colocado na seqüência ao sobrenome de origem;
- inalterabilidade dos patronímicos dos avós do requerente;
- possibilidade de alteração judicial do patronímico, ocorrendo novo vínculo de afinidade com novo padrasto, para ter novo aditamento de patronímico.

É crível ao filho acrescentar ao seu apelido de família o sobrenome do padrasto ou madrasta que este vir a ter, desde que exista socioafetividade na nova composição familiar, a qual deverá ser marcada pela constância de afeição, afinidade e convivência cotidiana. (DINIZ, 2012).

### 2.3.8 Alteração de nome pela adoção

A adoção, regida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, é de uma única espécie, podendo ser equiparada à estatutária ou plena do direito anterior. Neste novo molde, o adotado não carrega mais o sobrenome de seus genitores biológicos, ocorrendo assim o desligamento dos vínculos de parentesco (GONÇALVES, 2012), conforme determina o caput do artigo 41 Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990: “Art. 41. A adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais.”

Como já mencionado (GONÇALVES, 2012), ao adotado será dado o sobrenome do adotante, conforme dispõe o §5º do artigo 47, com a nova redação trazida pela Lei n. 12.010/2009: “§5º A sentença conferirá ao adotado o nome do adotante e, a pedido de qualquer deles, poderá determinar a modificação do prenome”.

Tal medida funda-se como causa necessária diante da modificação de filiação ou alteração do nome dos pais decorrente da adoção, pois, a ideia é a preservação do nome familiar, o qual precisa ser uniforme para salvaguardar a linhagem e tradição do patronímico, afastando constrangimentos sociais (GAGLIANO, 2012).

Com a adoção, o reconhecimento do filho faz com que ele constitua o grupo familiar do seu adotante, conferindo-lhe o direito a usar o sobrenome familiar do

grupo que passou a integrar, preservando a unidade familiar e afastando constrangimentos ao filho reconhecido. É possível ainda a alteração do nome dos descendentes, da mesma forma objetivando a preservação da família, quando ocorre a alteração do próprio nome de seus ascendentes (GONÇALVES 2012).

### **3 CONCLUSÃO**

O nome é um direito inerente a todo indivíduo e seu regramento está abarcado no Código Civil Brasileiro, bem como é um direito personalíssimo da pessoa humana tutelado pela Constituição Federal de 1988.

Desta maneira, a partir do nascimento, a pessoa tem direito a um nome, sendo esta a marca que a individualizará na família e na sociedade, bem como tem o direito de se defender ou afastar questões relativas à sua denominação que lhe causem desconforto ou constrangimento. Assim, foram pesquisadas variadas motivações que fazem com que a pessoa queira mudar seu nome, bem como as formas de proceder diante do ordenamento jurídico brasileiro, atingindo de tal modo ao objetivo geral deste trabalho.

Tal afirmação se confirma em diversos casos pois sendo o prenome escolhido pelos pais ensejador de chacota, por ser estranho, ou, por ser nome que não define o gênero, poderá seu portador solicitar a sua alteração mediante processo judicial.

Em caso de enteado que tem profundo carinho e zelo pela madrasta ou padrasto, o reconhecendo como figura materna ou paterna, poderá ele requerer adotar o sobrenome destes para si.

Existe ainda a possibilidade de troca do nome em razão de proteção a testemunhas; decorrente da troca de sexo, adequando o nome ao gênero adotado; em razão de adoção; casamento; divórcio; apelido notório, enfim, existem muitas possibilidades em que a pessoa não se sente confortável com o nome que lhe foi atribuído no momento de seu registro civil passíveis de modificação.

Destarte, sendo o nome um direito, o legislador se preocupou em criar mecanismos para que todo o indivíduo tenha seu direito tutelado nas mais diversas hipóteses, desde o seu uso indevido, bem como mecanismos que propiciem a alteração necessária para que o seu proprietário possa se livrar do desconforto gerado por um nome que lhe cause sofrimento.

Para tanto, a alteração do nome deverá ser motivada e preencher requisitos legais, podendo o próprio portador requerer no primeiro ano após atingida a maioridade civil. No caso de enteado, este deverá ter anuência dos pais biológicos, bem como autorização daquele que o mesmo deseja auferir o sobrenome; para proteção às testemunhas, deverá ser comprovado o fato, enfim, com exceção da simples correção de erro formal ocorrido no registro, a alteração do nome deverá ocorrer por via judicial, motivada e na maioria dos casos deverá contar com a presença do Ministério Público.

Para todos os casos existe legislação específica amparando e prevendo forma e requisitos para que o procedimento ocorra. Desta forma o tema continua em constante evolução no ordenamento jurídico, pois sempre surgem novas ocorrências quanto à motivação e entendimento jurisprudencial sobre o assunto.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, B. L. O Direito e o nome. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, v. 28, n. 135, abr. 2015. Disponível em: <[http://ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=15947](http://ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=15947)>. Acesso em: 13 abr. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 6 mar. 2019.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 6.015, de 31 de dezembro de 1973**. Dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6015consolidado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6015consolidado.htm)>. Acesso em: 6 mar. 2019.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 6.216, de 30 de junho de 1975**. Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6216.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6216.htm)>. Acesso em: 10 abr. 2019.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 6.515, de 26 de dezembro de 1977**. Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6515.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6515.htm)>. Acesso em: 10 abr. 2019.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm)>. Acesso em: 10 abr. 2019.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.** Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9610.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm)>. Acesso em: 10 abr. 2019.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 9.708, de 18 de novembro de 1998.** Altera o art. 58 da Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre Registros Públicos, para possibilitar a substituição do prenome por apelidos públicos notórios. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9708.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9708.htm)>. Acesso em: 24 mar. 2019.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 9.807, de 13 de julho de 1999.** Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9807.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9807.htm)>. Acesso em: 10 abr. 2019.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm)>. Acesso em: 4 mar. 2019.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 11.924, de 17 de abril de 2009.** Altera o art. 57 da Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para autorizar o enteado ou a enteada a adotar o nome da família do padrasto ou da madrasta. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11924.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11924.htm)>. Acesso em: 10 abr. 2019.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 12.010, de 3 de agosto de 2009.** Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm#art7](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm#art7)>. Acesso em: 10 abr. 2019.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 13.484, de 26 de setembro de 2017.** Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13484.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13484.htm)>. Acesso em: 10 abr. 2019.

COELHO, F. U. **Curso de direito civil: parte geral.** 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v.1.

DINIZ, M. H. **Curso de direito civil brasileiro 1 - teoria geral do direito civil.** 29.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

GAGLIANO, P. S. **Novo curso de direito civil**: parte geral 1. 14.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

GASTALDI, S. Ação que objetiva retificação de registro civil para inclusão do sobrenome materno ou paterno: possibilidade jurídica e inexistência de prazo decadencial. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 19, n. 4025, 9 jul. 2014. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/29863>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

GONÇALVES, C. R. **Direito civil esquematizado**: parte geral. 10.ed. São Paulo: Saraiva, 2011. v.1.

GONÇALVES, C. R. **Direito civil brasileiro**: parte geral. 10.ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v.1.

GONÇALVES, C. R. **Direito civil brasileiro**: parte geral. 10.ed. São Paulo: Saraiva, 2014. v.1.

LEAL, F. A. R. **Introdução ao direito civil**. Disponível em: <[https://direitorio.fgv.br/sites/direitorio.fgv.br/files/u100/introducao\\_ao\\_direito\\_civil\\_2015-2.pdf](https://direitorio.fgv.br/sites/direitorio.fgv.br/files/u100/introducao_ao_direito_civil_2015-2.pdf)>. Acesso em: 24 mar. 2019.

MENDES, C. O nome civil da pessoa natural. Direito da personalidade e hipóteses de retificação. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 14, n. 2178, 18 jun. 2009. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/13015/o-nome-civil-da-pessoa-natural>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

PEREIRA, R. A. B. Nome civil: características e possibilidades de alteração. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 13, n. 1811, 16 jun. 2008. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/11345>>. Acesso em: 24 mar. 2019.

VENOSA, S. S. **Direito civil**: parte geral. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2004. v.1.

VENOSA, S. S. **Direito Civil**: parte geral. 13.ed. São Paulo: Atlas, 2013. v.1.